

SES-RJ

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO

ASSISTENTE SOCIAL



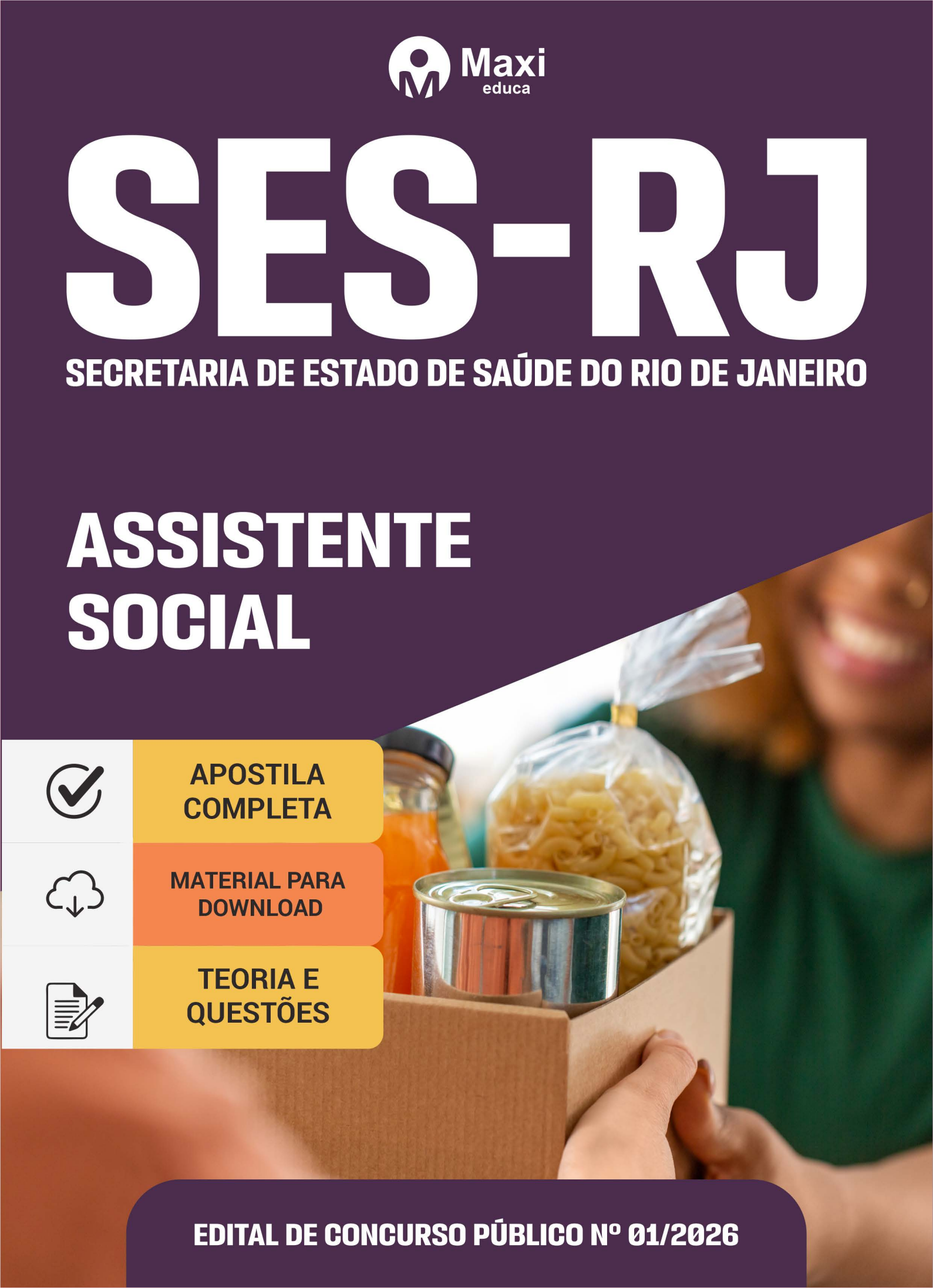
**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**



EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



SES-RJ

Assistente Social

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de texto	1
Modos de organização textual: descrição, narração e dissertação	6
Coesão e coerência textuais	18
Níveis de linguagem	22
Variedades da língua	24
Uso informal e formal da língua	26
A norma culta. Uso da língua e adequação ao contexto. A norma culta. Uso e adequação da língua à situação de comunicação	27
Elementos da comunicação . Funções da Linguagem	31
Figuras de linguagem	36
Sinônimos, antônimos, homônimos, parônimos. Polissemia. Denotação e conotação	41
Ortografia	46
Acentuação gráfica	53
Estrutura e processos de formação de palavras	56
Flexão nominal e verbal. Emprego de tempos e modos verbais	62
Processos de coordenação e subordinação (valores semânticos)	67
Pronomes: emprego, forma de tratamento e colocação	73
Regência nominal e verbal	78
Concordância nominal e verbal	85
Crase	91
Pontuação	95
Questões	100
Gabarito	112

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Constituição Federal: Artigos 196, 197, 198, 199 e 200	1
Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 e suas alterações – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências	4
HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização	23

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Conselho Nacional de Saúde: Resolução nº 330, de 4 de novembro de 2003 – Aplica os princípios e diretrizes para a norma operacional básica de recursos humanos para o SUS (NOB/RH-SUS) como Política Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, no âmbito do SUS	24
Lei nº 10.741/2003 e suas alterações – Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências	25
Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009 – Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra	45
Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011 – Institui no âmbito do SUS a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT)	51
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	55
Portaria GM/MS nº 230, de 7 de março de 2023 – Institui o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no SUS	87
Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023 – Altera as Portarias de Consolidação GM/MS nºs 2, 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) e Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do SUS	93
Questões	112
Gabarito	119

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O Serviço Social: História do Serviço Social; Serviço Social e a formação profissional; O Serviço Social no Sistema Único de Saúde	1
Metodologia do Serviço Social; A prática institucional do Serviço Social/Análise institucional; A dimensão política da prática profissional; Questões sociais decorrentes da realidade da família, da criança, do adolescente, do idoso, deficiente, educação, saúde e previdência do trabalho	5
Programas, serviços e metodologia do Centro de Referência Especializado de Assistência Social	9
Planejamento e administração no Serviço Social: tendências, os aspectos da prática profissional e a prática institucional; Pesquisa em Serviço Social	12
Serviço Social e interdisciplinaridade; Conhecimentos inerentes à função, observando-se a prática do dia a dia	16
A pesquisa social e sua relação com a prática do Serviço Social	20
O Serviço Social no ambiente hospitalar	24
Legislação Federal: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente	27
Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social	97
Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa	115

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências	135
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	138
Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.....	171
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social.....	184
Questões	220
GABARITO	226

SUMÁRIO



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário** : O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.



► Saúde

A saúde é direito de todos e dever do Estado. Segundo o artigo 197, da Constituição, as ações e os serviços de saúde devem ser executados diretamente pelo poder público ou por meio de terceiros, tanto por pessoas físicas quanto jurídicas.

A responsabilidade em matéria de saúde é solidária entre os entes federados.

Diretrizes da Saúde:

De acordo com o Art. 198, da CF, as ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único – o SUS –, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III – participação da comunidade.

► A Saúde e a Iniciativa Privada

Referente ao Artigo 199, da CF, a assistência à saúde é livre à iniciativa privada e instituições privadas poderão participar de forma complementar do SUS, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

► Atribuições Constitucionais do SUS

Por fim, o Artigo 200 da CF, elenca quais atribuições são de competência do SUS.

SEÇÃO II DA SAÚDE

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: (Vide ADPF 672)

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

§1º O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. (Parágrafo único renumerado para §1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)



Conhecimentos Específicos

► Fundamentos e objeto de intervenção do Serviço Social

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, cuja atuação se volta para as múltiplas expressões da questão social e para as formas institucionais de enfrentamento das desigualdades que atravessam a vida dos indivíduos, famílias e grupos sociais. Sua intervenção ocorre em espaços públicos e privados, em políticas sociais, organizações, serviços, programas e projetos, articulando conhecimento teórico, análise da realidade, planejamento, mediação institucional e ações de garantia de direitos. A atividade profissional não se reduz à execução de benefícios ou ao atendimento imediato de demandas. Ela exige interpretação das determinações sociais que produzem necessidades, vulnerabilidades, conflitos e restrições de acesso a recursos e direitos.

A questão social constitui referência central para compreender o campo profissional. Ela se manifesta por meio de desemprego, precarização do trabalho, pobreza, violência, violações de direitos, desigualdade territorial, discriminações, fragilização de vínculos, dificuldades de acesso à saúde, educação, moradia, previdência e assistência social. Essas manifestações não são tratadas como problemas isolados ou exclusivamente individuais. A análise profissional busca relacionar situações concretas às condições econômicas, políticas, culturais e institucionais que estruturam a vida social.

Dimensão técnico-operativa e mediação profissional

A intervenção do assistente social combina dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. A dimensão teórico-metodológica permite interpretar criticamente a realidade e evitar explicações simplificadoras. A dimensão ético-política orienta escolhas profissionais, prioridades e posicionamentos diante de situações que envolvem direitos, desigualdade, autonomia e participação social. A dimensão técnico-operativa reúne procedimentos, instrumentos e estratégias utilizados na relação com usuários, equipes, instituições e redes de serviços.

Entre as ações profissionais encontram-se entrevistas, estudos sociais, visitas domiciliares, atendimento individual e coletivo, orientação social, encaminhamentos, articulação de rede, elaboração de relatórios e pareceres, planejamento de ações, participação em reuniões de equipe e desenvolvimento de atividades socioeducativas. Cada instrumento possui finalidade específica e deve ser utilizado de forma coerente com o objetivo da intervenção. A entrevista, por exemplo, não se limita à coleta de informações; ela permite compreender demandas, relações familiares, condições de vida, recursos disponíveis e barreiras de acesso. A visita domiciliar pode ampliar a compreensão sobre o território e o cotidiano, mas requer respeito à privacidade e finalidade técnica definida.

► Relação entre direitos, políticas sociais e exercício profissional

A profissão se desenvolve em estreita relação com as políticas sociais. A atuação cotidiana envolve interpretar critérios institucionais, identificar necessidades, orientar usuários, mediar o acesso a serviços e contribuir para a formulação, execução, acompanhamento e avaliação de ações públicas. Essa inserção coloca o profissional diante de tensões entre demandas sociais amplas e recursos institucionais frequentemente limitados.

O trabalho profissional exige reconhecer os usuários como sujeitos de direitos e evitar práticas moralizantes, autoritárias ou culpabilizadoras. Situações de pobreza, adoecimento, dependência, conflito familiar ou dificuldade de acesso a serviços não podem ser explicadas exclusivamente por escolhas individuais. O atendimento deve considerar condições objetivas de existência, trajetórias de vida, relações sociais, formas de proteção existentes e possibilidades reais de acesso à rede pública.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!